

O DESAFIO DE PLANEJAR PARA AVALIAR

The challenge of planning to evaluate

Sonia Regina Mendes*

RESUMO: *A avaliação de cursos de extensão universitária é uma das questões que têm sido tema central de discussão nas reuniões nacionais do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Este tema é também de interesse geral e as universidades têm dado atenção muito especial a ele. No entanto, é necessário reconhecer que ainda estamos buscando alternativas para elaborar uma proposta de avaliação que possa responder às características específicas dos cursos de extensão das universidades. Este artigo tem por objetivo apresentar um resumo sobre este tema, discutido em alguns encontros nacionais, bem como oferecer algumas reflexões que possam contribuir para a construção de propostas de avaliação.*

UNITERMOS: *Avaliação; Políticas Educacionais; Cursos de Extensão Universitária*

ABSTRACT: *Evaluation of university courses is one of the questions that has been a central issue in the national meetings of the Brazilian Public University Forum of Deans of Extension (Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras). This issue is also of general interest and the university institutions have given it special attention. However, it is necessary to acknowledge that we are still searching for alternative ways on how to design an evaluation proposal that can respond to the specific characteristics of the university extension courses. This article aims at summarizing the ideas presented on this issue in some national meetings, as well as to offer some reflections that might contribute to the construction of evaluation proposals.*

KEYWORDS: *Evaluation; Education Policies; University Extension Courses*

INTRODUÇÃO

Existe um crescente interesse em relação à avaliação da extensão na universidade refletido através dos últimos seminários recentemente realizados. Cada vez mais, dentro do conceito de extensão universitária, que se coloca como prática que objetiva interligar a universidade em suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da sociedade, a extensão discute suas possibilidades de auto-analisar-se.

Quando se fala em avaliação da extensão sempre são levantadas questões sobre suas finalidades e viabilidade. Este artigo tem por objetivo discutir algumas possibilidades de se proceder a avaliação da extensão a partir de entendimentos sobre a própria extensão.

* Professora da Faculdade de Educação da Baixada Fluminense da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Nesse sentido, a avaliação constitui-se como forma de análise do desenvolvimento da extensão em função de seus objetivos.

Primeiramente, considero a extensão como prática acadêmica que interliga as atividades de ensino e pesquisa, a extensão seria o momento de devolução e articulação do saber, realimentado a partir do confronto com as situações concretas. É por meio do ensino e da pesquisa, voltados às necessidades e interesses da maioria da população, que se dá a efetivação do compromisso social da universidade com a sociedade.

A pesquisa possibilita que o trabalho realizado na universidade se articule com setores da sociedade, permitindo identificar o que se deve pesquisar e quais fins e interesses buscam-se com os novos conhecimentos, dentro da dinâmica de criação e recriação de conhecimentos possibilitadores de transformações sociais. A produção de conhecimento se faz na interface universidade/comunidade.

O ensino, por sua vez, passa a ser compreendido fora do limite da sala de aula, abrangendo todos os espaços dentro e fora da universidade, expressa um conteúdo multi/interdisciplinar como exigência decorrente da própria prática. Diante disso, como cuidar para que as ações extensionistas não se desenvolvam à parte do ensino e da pesquisa, assumindo o sentido da transmissão, do messianismo, do assistencialismo e da invasão cultural, ou mesmo ficando circunscrita à prestação de serviços?

Segundo TAVARES (1997), nenhuma dessas práticas visa à politização da sociedade, à criação de uma nova cultura, nem tampouco representam uma intervenção crítica da universidade para a transformação social. Essas ações supõem as desigualdades sociais existentes como naturais sem perceber sua relação com a estrutura social que modela a sociedade. São práticas desintegradas do ensino e da pesquisa, de curto prazo, que não trazem uma contribuição efetiva da universidade às necessidades sociais.

Na perspectiva de BOTTOMÉ (1996), para entender a extensão universitária é preciso compreender bem a Universidade a ser “estendida”. Para fazer este exame, é preciso fugir de uma armadilha em que parece ser comum as instituições sociais caírem: o perigo de definir a universidade pelas suas atividades e rotinas e não pela função (razão de ser) dessas atividades e rotinas, o que pode conferir identidade a ela.

Conforme for a formulação dessas missões, funções, objetivos e atribuições, a rede de relações entre as condutas que constituem a instituição terá uma orientação ou outra. A extensão se caracteriza como atividade por meio da qual se realizam os objetivos, funções e atribuições da universidade, no caso da instituição perder sua identidade, as atividades extensionistas também estarão se deteriorando.

A reflexão que proponho identifica a avaliação como uma das formas de se assegurar a orientação que se deseja dar à extensão, de se perseguir o caráter processual e permanente das atividades que efetivamente beneficiam a maioria da população. Uma avaliação que pudesse auxiliar na solução de questionamentos, tais como:

- O que tem sido feito como extensão e de que forma isso pode ter contribuído para descaracterizar a própria extensão e as expectativas em torno da universidade?
- Existem conceitos, concepções e práticas equivocados?
- Quais as possibilidades de superar os equívocos?

O ponto de partida para o desenvolvimento da avaliação pressupõe que a universidade já tenha definido o seu papel específico para com a sociedade para, então, examinar a extensão universitária, tendo-se a clareza das múltiplas dimensões desse fazer. Somente assim a avaliação poderá ajudar a responder a questão: as atividades que recebem o nome de extensão universitária, constroem de fato uma sociedade melhor?

Em SAVIANI (1985), temos que a função da extensão deveria significar a articulação da universidade com a sociedade, de tal modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que ela difunde por meio do ensino não ficasse restrito apenas àqueles que integram seus cursos superiores. Em contrapartida, cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundi-los à comunidade. A extensão terá maior chance de realizar-se à medida em que o ensino e a pesquisa se vinculem cada vez mais às necessidades da sociedade na qual a universidade está inserida.

É nesse enfoque que nos propomos a discutir a questão da avaliação, num contexto em que a extensão universitária já tem seu papel definido na articulação da universidade com a sociedade. A avaliação das ações extensionistas tem o propósito de ser útil à comunidade acadêmica, deve ser conduzida de forma ética e ser realizada de modo prático, ou seja, ser viável. Tais aspectos: utilidade, viabilidade e postura ética, devem embasar o planejamento da avaliação, o grande desafio de planejar para avaliar.

O próximo passo a ser dado no planejamento da avaliação da extensão universitária deve ser a formulação das questões que a avaliação espera responder com relação à extensão: Quais os resultados obtidos pelos programas/projetos? Esses resultados são os mais desejáveis? Os programas/projetos propiciam mudanças ou transformações nos seus participantes? Que programas/projetos serão incentivados? Quais deverão ser redimensionados?

Diante desses questionamentos, consideramos primordial que, para se evitar a concentração de poder, a avaliação seja pensada como atividade não só a cargo das Pró-reitorias, mas também dos departamentos e dos próprios coordenadores de programas e projetos.

Um outro aspecto que merece destaque no processo de planejamento da extensão universitária é a necessária previsão de mecanismos de acompanhamento/gerenciamento das ações extensionistas. O gerenciamento reúne ações relativas à mobilização e à organização das várias atividades extensionistas. Cabe ao gerenciamento sistematizar a coleta de informações úteis sobre os vários tipos de atividades desenvolvidas.

A avaliação não se confunde com o gerenciamento, mas pode se valer das informações organizadas nessa esfera. Avaliar implica em julgamento do mérito, é um ato em que se atribui valor, em que se toma partido. Assim, fazer avaliação requer análises e posicionamentos conclusivos sobre a relevância dos objetos que estão sendo avaliados, sobre seus significados. As descrições quantitativas sobre os fenômenos podem ser incluídas nas avaliações desde que não se esgotem em si mesmas e não parem aí, as quantificações precisam ser interpretadas quanto ao seu significado, precisam ser olhadas numa perspectiva qualitativa.

Ao tomar como alvo da extensão a avaliação, impõem-se a necessidade de selecionar e definir prioridades em relação aos seus focos mais relevantes. Quais os aspectos prioritários da extensão que poderão permitir a verificação de sua adequação e impacto?

A avaliação não deve servir a propósitos de controle, de fiscalização, mas, funda-

mentalmente, seus resultados devem ser utilizados para alterar a prática imediata, na perspectiva que se deseja, daí seu papel transformador. A avaliação deve fornecer subsídios que permitam confirmar as ações bem sucedidas, substituir decisões e ações que se mostraram inadequadas e introduzir outras que se revelarem necessárias.

Entretanto, não se deve perder de vista o objetivo primeiro da avaliação diante da finalidade das atividades extensionistas na sociedade, ou seja, a construção de uma sociedade melhor. Assim, deve-se atentar para a análise dos efeitos reais de um projeto, ou seja, quais as mudanças observáveis no nível de vida e na capacidade de desenvolvimento autônomo de um grupo de beneficiários ou da coletividade.

O passo seguinte seria decidir sobre aspectos ligados à organização geral da avaliação, tais como: Em quais momentos as atividades extensionistas seriam avaliadas: no momento do seu planejamento, na sua execução ou na sua conclusão? Quais seriam os indicadores de que os projetos possuem qualidade interna? O intercâmbio com o ensino e/ou a pesquisa? O gerenciamento e a estrutura do projeto? A relevância acadêmica? A relevância social?

Um grande desafio nesse planejamento é possibilitar que a avaliação se desenvolva no decurso de uma projeto, evitando-se somente avaliar ao final de um projeto, o que não tem efeito real sobre as ações já concluídas, mas para um futuro que não pode ser generalizado.

Um outro fator importante na proposição da avaliação da extensão é que ela não pode ser concebida sem considerar a necessidade de se dotar os programas extensionistas de instrumentos de auto-análise da própria ação. Os próprios projetos devem ser incentivados a medir o desvio entre os objetivos anunciados e os concretizados, de forma que possam refletir sobre a melhoria das atividades presentes e futuras.

É certo que a proposição de uma metodologia de avaliação envolve a decisão sobre os procedimentos avaliativos, o que envolve, antes de tudo, necessariamente explicitar qual é a concepção que se está adotando para desenvolver uma avaliação e, na seqüência, responder as questões: Quem avalia? Como avaliar?

Por todos esses aspectos e questões, o planejamento da avaliação é essencial, pode garantir que não se perca os objetivos de um processo avaliativo feito de forma participativa. Por esta perspectiva, a avaliação assume-se como um momento de aprendizagem comum a todos os envolvidos, é um processo de diálogo e de tomada de consciência em que cada categoria de atores traz a sua contribuição, amplia e renova sua experiência, constituindo-se como instrumento de apoio e (re)orientação das atividades, muito mais que um sistema de controle.

Nessa visão, a avaliação procura criar as condições para que todos os envolvidos num projeto aprofundem os campos de informação e de interpretação de uma dada realidade. Nesse caso, a avaliação mantém uma linha de rumo, ajuda a formular hipóteses, propõe alternativas viáveis, identifica os riscos potenciais e coloca em prática as correções necessárias. A avaliação conduz a resultados provisórios, que devem ser submetidos à apreciação dos atores, numa perspectiva de diálogo e confronto. Nesse sentido, sugerimos que se coloque como fundamental oportunizar ao avaliador e aos atores explorarem os resultados encontrados. Só uma relação de cooperação com o correspondente clima de escuta e de

procura partilhada de soluções permite experimentar novos caminhos. É esta reflexão partilhada que permite testar a pertinência e os fundamentos das observações e interpretações propostas.

Como recomendação final, acredito que a avaliação das atividades extensionistas deve ser realizada sob a orientação de uma equipe de avaliação externa dos programas/projetos desenvolvidos, cujo papel seja, simultaneamente, observar e ajudar a interpretar a realização dos projetos. Contudo, essa observação distanciada deve ser acompanhada de uma passagem pela interioridade dos atores - a avaliação interna -, realizada pelos próprios agentes envolvidos num programa que contribua com a reconstrução da situação tal como foi entendida e vivida pelos atores. Isso permite que se compreenda melhor as características, os problemas e desafios de uma dada situação.

A função de observação e diagnóstico pode servir-se de uma gama variada de técnicas e procedimentos, o mais útil é produzir um plano estruturado no qual sejam identificados:

- os indicadores que serão utilizados;
- as fontes de informações que serão mobilizadas;
- os critérios de avaliação de análise de dados mais adequados aos objetivos da avaliação.

A definição de indicadores procura registrar as múltiplas manifestações dos aspectos e dimensões a serem avaliados. Para cada indicador procura-se selecionar os métodos e técnicas, bem como construir os instrumentos que serão utilizados na coleta de dados.

Na formação da tela crítica da análise são revelados os valores à luz dos quais se pretende avaliar o objeto ou aspecto da avaliação, os critérios de avaliação adotados, esquematizados abaixo, dizem respeito aos padrões de aceitabilidade relativos ao que se avalia.

- Critérios de Pertinência: procuram verificar se os objetivos do projeto são válidos em relação aos problemas a resolver e aos interesses dos atores envolvidos;
- Critérios de Coerência: procuram indagar o grau de adequação entre as decisões sobre o funcionamento interno e contexto externo do projeto;
- Critérios de Eficácia: tentam diagnosticar os efeitos das decisões tomadas e em que medida os resultados obtidos correspondem aos objetivos fixados;
- Critérios de Eficiência: analisam a relação entre os resultados constatados e os meios (financeiros, humanos, intitucionais) mobilizados para os atingir.

Definidos os aspectos que serão avaliados, os critérios de avaliação com os seus padrões de julgamento, expressos por meio de escala do tipo: “atingiu totalmente”, “atingiu parcialmente”, “não atingiu”. Também é preciso pensar nos recursos e técnicas para a obtenção de informações. As informações podem ser obtidas, por meios indiretos, a partir de instrumentos previamente estruturados e, outras vezes, a partir de observações diretas, entrevistas, reuniões de grupos.

São, essencialmente, essas as recomendações que apresento para que uma proposta de avaliação avançada para a extensão possa ser pensada, concebida e planejada. Mas,

como não existe um modelo universal, pronto para a condução da avaliação da extensão, o que resta é o desafio de inventar, encontrar as respostas mais adequadas para a sua realização em consonância com o meio em que nos encontramos.

De qualquer forma, acreditamos que os projetos da área extensionista pelo seu caráter eminentemente social, têm uma dinâmica de caráter fortemente aleatório, não podendo ser seus resultados previamente definidos. Para atingir o equilíbrio desejado, a ação precisa ser constantemente corrigida, tal como um piloto que, graças a pequenas manobras, vai mantendo e corrigindo o rumo a ser seguido.

Finalizando, reconhecemos que planejar a avaliação da extensão não é uma tarefa fácil de realizar, implica em trabalho delicado que necessita de grande investimento, sobretudo em termos de tempo disponível. Uma equipe absorvida pelas tarefas cotidianas de administração e gerenciamento das atividades extensionistas não tem condições de orientar suas energias para esta direção. É preciso que a dimensão avaliação seja objeto de uma atenção específica e de investimento estratégico de todos os intervenientes, na certeza de que este esforço se revelará compensador do ponto de vista da ação, da reflexão sobre a ação e da capacidade para se projetar em novas experiências e programas. O desafio está em planejar para garantir que a avaliação ocorra, uma vez que ainda é uma novidade para as muitas atividades da universidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOTOMÉ, Silvio Paulo. *Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária*. Petrópolis: Vozes, 1996.

ESTRELA, Albano & NOVOA, Albano. *Avaliações em educação: novas perspectivas*. Portugal: Porto Editora, 1993.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão universitária: novo paradigma de Universidade?* Maceió: EDUFAL, 1997.